

Audiência pública em Icó vai discutir privatização da água.

Sindiagua convoca trabalhadores(as) e população para marcar presença e defender o saneamento público!

A Prefeitura de Icó vai realizar no dia 17 de agosto, às 9h, no Teatro Ribeira dos Icó's, uma audiência pública com o objetivo de discutir "a concessão do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário" do município à iniciativa privada. A direção do Sindiagua está convocando os(as) trabalhadores(as) do SAAE e a população a marcar presença para fortalecer a luta contra a privatização da água no município.

"Essa audiência está sendo realizada após a aprovação da lei que prevê a entrega dos serviços de água e esgoto por 30 anos à iniciativa privada, quando na verdade deveria ter acontecido antes, para que a população e a categoria fossem ouvidas. Mas, mesmo assim, vamos estar presentes para colocar nosso posicionamento em defesa do saneamento público", destaca Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

A lei da privatização do saneamento, de autoria da prefeitura, foi votada e aprovada em dezembro de 2022 de forma intempestiva, em dia de jogo da Copa do Mundo de Futebol, sob protestos do Sindiagua, dos(as) trabalhadores(as) do SAAE e da população que lotou a Câmara Municipal para se posicionar de forma contrária à privatização. "Não houve qualquer espaço para um amplo debate com a população de Icó. E vamos nessa audiência defender que o serviço de água e esgoto continue público, porque as



experiências de privatização no Brasil e no mundo só resultaram em aumentos de tarifas para o consumidor e queda na qualidade do serviço prestado", defende Jadson. Prova disso é a cidade de Manaus. A capital do Amazonas ocupa a sexta posição do ranking das dez piores cidades em coleta de esgoto do País, mesmo após cerca de 20 anos de serviços prestados por iniciativa privada.

Sobre a lei da privatização do saneamento: a lei fere a legislação estadual que criou as microrregiões do saneamento, pois foi aprovada ignorando o sistema de governança da microrregião da qual Icó faz parte. Além disso, deixa os(as) servidores(as) dos SAAEs em um ambiente de insegurança, mesmo com a emenda aprovada que prevê a manutenção do emprego e dos direitos dos(as) trabalhadores(as) da autarquia.

Linha do tempo sobre o caso:

NOVEMBRO / 2022

- A direção do Sindiagua teve conhecimento do projeto de privatização no feriado de 15 de novembro e imediatamente adotou várias medidas, juntamente com a categoria, para tentar tirar a proposta de pauta, buscando o diálogo com os(as) vereadores(as) e a administração municipal. Além de viagens da direção do Sindiagua à Icó, foi feita uma campanha com material gráfico, peças publicitárias para carro de som e rádio, e publicação de nota paga em jornal de grande circulação.
- A assessoria jurídica do Sindicato também protocolou ofícios em diversos órgãos, como o Ministério Público (MP), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) e Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS CE) a fim de cobrar destas instituições ações no sentido de impedir a votação do projeto de lei.



DEZEMBRO / 2022

- Sob protestos do Sindiagua, da categoria e da população, que lotou a Câmara Municipal, foi votada e aprovada a Lei que autoriza a privatização do SAAE de Icó com Emenda Modificativa garantido o direito adquirido dos trabalhadores da autarquia



MARÇO / 2023

- Resposta do Município de Icó sobre a Denúncia Apresentada pelo Sindiagua ao Ministério Público da cidade de Icó;
- Comitiva do Sindiagua viaja a Brasília e protocola junto aos órgãos federais (Câmara dos Deputados, Senado Federal e Presidência da República) ofício alertando dos malefícios das mudanças do (des)governo Bolsonaro sobre o Marco Regulatório do Saneamento que abre o setor ao mercado privado.



ABRIL / 2023

- Convertido a Notícia de fato apresentada pelo Sindiagua ao Ministério Público em procedimento administrativo NF nº 01.2022.00041218-8.

MAIO / 2023

- Audiência dos representantes do Sindiagua com o Ministério Público – CE.
- Sindiagua entra com Ação Anulatória da Lei Municipal, protocolada na 1º Vara da comarca de Icó, nº 3000924-36.2023.8.06.0090.



AGOSTO 2023

- Audiência pública marcada para dia 17 de agosto de 2023.

PARTICIPE DA AUDIÊNCIA E VAMOS LUTAR CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E O AUMENTO DAS TARIFAS!

Vamos juntos cobrar investimentos públicos e impedir que o lucro fale mais alto que o interesse do povo. Dia 17/08, às 9h, no Teatro Ribeira dos Icó (Rua 7 de setembro, 207 Tamarinas, Icó/CE) é dia de lutar contra a privatização da água e contra aumentos das contas!

ÁGUA NÃO É MERCADORIA. ÁGUA É DIREITO DE TODOS!

NÃO FIQUE SÓ.
FILIE-SE.

SINDIAGUA

Filial: **CTB**
Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil